

JOSÉ ARILDO VALADÃO

Procurador da Agência Municipal de Regulação dos Serviços
Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim - Agersa
Mestre em Direito Processual Civil pela UFES
Pós-Graduado em Direito Tributário pela FGV

**A NOVA FUNÇÃO DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO**

COLEÇÃO ANDREA PROTO PISANI

Volume 8

Coordenadores:

Ada Pellegrini Grinover

Petronio Calmon



Gazeta Jurídica

Brasília

2013

1ª edição - 2013

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A567n

Valadão, José Arildo

A nova função do recurso extraordinário / José Arildo Valadão ; coordenação Ada Pellegrini Grinover, Petronio Calmon. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2013.

416 p. : il. ; 23 cm. (Andrea Proto Pisani ; v. 8)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-66025-31-6

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual civil - Brasil. 3. Recurso extraordinário - Brasil. I. Grinover, Ada Pellegrini, 1933- II. Calmon, Petrônio, 1958- III. Título. IV. Série.

13-03750

CDU: 347.91/.95(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PRIMEIRA PARTE

O JUDICIÁRIO NO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO

1. ENVOLVENDO O TEMA: APONTAMENTOS SOBRE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	7
1.1 Crise do sistema representativo de democracia	18
1.2 Afirmação do Poder Judiciário na estrutura democrática	29
1.3 Judicialização da política	41
2. APROXIMAÇÃO DA JURISDIÇÃO AO IDEAL MORAL (JUSTIÇA) DA RAZÃO PRÁTICA	59
2.1 Crise do primado da legalidade	60
2.2 A inversão da concepção oitocentista da lei e a reformulação do papel da jurisdição	63
2.3 Imbricação da razão prática e o direito	64
2.4 Institucionalização da razão prática e teoria do discurso	71
2.5 Síntese conclusiva do tópico	72
3. LEGITIMIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL: TEORIA TEXTUALISTA, PROCEDIMENTALISTA E SUBSTANCIALISTA	73
3.1 Teoria textualista	76
3.2 Teoria procedimentalista	84
3.3 Teoria substancialista	93

4.	SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	107
4.1	evolução do controle de constitucionalidade brasileiro	107
4.2	sistema misto ou eclético	123

SEGUNDA PARTE

HIBRIDISMO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

5.	PARADOXO METODOLÓGICO BRASILEIRO: APROXIMAÇÃO ENTRE AS JURISDIÇÕES DE <i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i>	133
6.	A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE PRIMÁRIA DO DIREITO	149
7.	PRECEDENTES: ASPECTOS GERAIS	163
7.1	Elementos da decisão judicial	165
7.1.1	<i>Ratio decidendi</i>	165
7.1.2	<i>Obiter dictum</i>	170
7.2	Pretensão de uniformidade das decisões judiciais: base das decisões judiciais	175
7.3	Coerência do sistema e o princípio da igualdade na aplicação da lei	187
8.	O PRECEDENTE COMO REGRA DE RECONHECIMENTO DE HART	203
9.	FONTES DA TEORIA DOS PRECEDENTES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	209
9.1	Dentro da Constituição	210
9.2	Fora da Constituição	212
10.	A OBJETIVAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: TENTATIVA DE VISUALIZAÇÃO DE UM MODELO JURISPRUDENCIAL	225

TERCEIRA PARTE

A NOVA FUNÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

11. A TRANSFORMAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO...	247
11.1 Conceituação.....	247
11.2 Ambiência do recurso extraordinário no Constitucionalismo Moderna.....	253
11.3 A excepcionalidade do recurso extraordinário.....	258
11.4 A tutela objetiva dos direitos fundamentais.....	261
12. O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E UM MODELO DE TUTELA TRANSCEDENTAL INDIVIDUAL - COLETIVA.....	273
13. A PARTICIPAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	287
14. ALCANCE E EFICÁCIA DA DECISÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO: LIMITES DO EFEITO VINCULANTE ..	299
15. O PAPEL DO SENADO FEDERAL NAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE DEFINITIVAS PROFERIDAS PELO STF	323
16. MUTAÇÃO INCONSTITUCIONAL PELA ATUAÇÃO DO LEGISLADOR PROMOVIDA PELA PEC 33/2011 E O REFLEXO NO MODELO JURISPRUDENCIAL DE OBJETIVAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	335
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E SÚMULA VINCULANTE ..	347
18. UMA SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA PARA OBJETIVAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO	355
CONCLUSÃO	363
REFERÊNCIAS.....	369